

## Proposta da ANDIFES para a Universidade do Século XXI

Com muita honra e responsabilidade, falo uma vez mais em nome da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES – entidade criada há uma década, que reúne 54 instituições federais de ensino superior, presentes em todos os Estados da Federação brasileira, para apresentar nossa proposta de Universidade do Século XXI.

Como presidente desta Associação, uso da palavra neste Seminário Internacional dirigindo-me aos presentes, aos representantes dos diferentes países e aos colegas brasileiros – mas também à sociedade e sobretudo a nossos governantes, responsáveis primeiros pela formulação e implementação das políticas públicas.

Estamos reunidos aqui para debater a Universidade, **como instituição universal**, que atravessa os séculos, e **como experiência brasileira**.

É nossa expectativa que este Seminário aprofunde estes dois grandes temas, descortinando horizontes e articulando uma agenda, capaz de mobilizar não apenas as comunidades acadêmicas, mas amplos setores da sociedade, no sentido da reafirmação da educação como bem público e do conhecimento como patrimônio social – no sentido da reafirmação dos compromissos assumidos, em Paris, em 1998, por mais de 180 países presentes na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela UNESCO.

Permitam-me, pois, na solene abertura desse Seminário, dizer breves palavras sobre estes dois grandes temas – que, como sabemos, na realidade nos colocam diante de um imenso desafio.

A idéia de prover a sociedade de uma instituição gestora do conhecimento e da cultura universais é milenar. A procura da realização dessa idéia resume bem a longa história da instituição universitária.

No alvorecer do século XXI, a Universidade é a mais universal entre todas as estruturas de ensino e pesquisa existentes no mundo.

A Universidade é uma conquista da civilização e creio que se enganam os que pensam que esta instituição está em crise. Acontece que, diante de um mundo em transformação, a Universidade igualmente modifica-se, pois é da sua natureza ser uma instituição contemporânea de seu tempo que se expressa nos diferentes lugares com especificidade própria.

As nações mais desenvolvidas do planeta dispõem de grandes universidades – e isto, certamente, não é obra do acaso.

Eis aí um primeiro tema, absolutamente estratégico, que se apresenta para o debate e para a decisão política: neste início de século XXI, quando ingressamos na chamada “sociedade do conhecimento”, um país que se quer soberano pode prescindir da instituição universitária?

No Brasil, a experiência universitária é muito recente, inclusive quando comparada a de nossos vizinhos latino-americanos. As mais antigas universidades brasileiras não completaram um século de existência.

Uma análise isenta desse quadro nos mostra, entretanto, que em poucas décadas a educação superior deu contribuição de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

Há 40 anos, nossas universidades dedicavam-se quase que exclusivamente a atividades de ensino. Hoje elas não apenas realizam a associação entre ensino e pesquisa que proporciona a estudantes e professores diálogo em condição de igualdade com seus colegas das mais importantes universidades do planeta como também, pelas atividades de extensão se fazem presentes nas comunidades locais e regionais.

Há apenas quatro décadas, a presença brasileira no cenário científico internacional era quase insignificante – hoje, nesse terreno, o Brasil integra o grupo dos vinte países mais importantes do mundo e exerce forte liderança em termos regionais.

No início dos anos 1960, o Brasil tinha menos de 100 mil estudantes universitários – no início do século XXI, tem mais de 3,5 milhões. Apesar desse crescimento, de fato impressionante, sabemos que hoje somente 9% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos freqüentam um curso superior, quando em alguns países esta taxa passa de 50%. Sabemos também que, hoje mesmo, em nossa rede privada, temos centenas de milhares de vagas ociosas – o que nos parece ainda mais preocupante.

Em menos de meio século, portanto, fizemos muito – embora o muito que fizemos revele-se pouco diante dos nossos imensos desafios.

No contexto do sistema educacional nacional, marcado pela pluralidade, pela presença dos mais diversos provedores, a Universidade Pública – e, em particular, o Sistema Federal de Educação Superior – ocupa um lugar muito importante, como instituição acadêmica e como instituição republicana.

A Universidade Pública tem compromisso com a educação como **bem público** – portanto, tem compromisso também com a diminuição das nossas desigualdades sociais e regionais, com o desenvolvimento e com a construção de um país muito mais justo e muito menos desigual.

Nos últimos anos, as instituições federais de ensino superior têm enfrentado grandes dificuldades. Vivemos um verdadeiro “ciclo de resistência”. Perdemos recursos humanos, nossos recursos para manutenção e investimentos diminuíram.

Apesar disso, fizemos muito mais do que “resistir”. Nossos indicadores de desempenho progrediram em todas as direções: somos referência de qualidade de ensino, lideramos a pesquisa, nosso quadro docente se qualificou, diplomamos um número muito maior de estudantes em nossos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado, ampliamos a oferta de vagas nos cursos noturnos.

Estamos aqui reunidos para discutir a Universidade do Século XXI, para descortinar horizontes, para construir uma agenda que nos liberte do conjuntural. Nesse momento mesmo, entretanto, a Universidade Pública brasileira continua prisioneira do seu dia-a-dia, de um cotidiano marcado pela escassez de recursos, pela perda de quadros qualificados, pela falta de autonomia e, mais grave ainda, sem um projeto claro.

Parte das dificuldades vividas ontem – e, infelizmente, ainda hoje – pela Universidade Pública, deriva de visões que, por preconceito, desconhecimento ou ideologia, diminuem sua importância para o desenvolvimento de nosso país.

Estas visões fazem, aqui e ali, estudos e comparações do quadro da educação superior pública brasileira com o de outras nações. Conclui-se que, no Brasil, o poder público “gasta demais” com educação superior e que esses recursos seriam melhor aplicados se dedicados ao ensino básico e fundamental. Em alguns desses estudos, o financiamento da universidade pública é até mesmo abordado como “gasto social” – “gasto” este que supostamente beneficiaria as parcelas mais ricas da população.

São muitos os mitos e os equívocos presentes nessas visões.

Como todos sabemos, na sociedade do conhecimento, “valor agregado” é sinônimo de investimento em pesquisa e na formação de recursos humanos qualificados. Basta ver como repercutem em nossa balança comercial os investimentos feitos na pesquisa aeronáutica, nas tecnologias de exploração de petróleo em águas profundas ou nas pesquisas visando o aprimoramento de grãos.

Nossos êxitos no setor de agronegócios, por exemplo, que responde hoje por cerca de 40% das nossas exportações, em larga medida se explicam pelos investimentos feitos em pesquisa e formação de recursos humanos. Entre 1993 e 2003, a produção brasileira de grãos aumentou de 68 para 120 milhões de toneladas, enquanto a área cultivada cresceu apenas 22%. Chama-se isso “aumento da produtividade”. Sabemos que esse desempenho foi possível graças ao trabalho, muitas vezes anônimo, do professor – e graças ao empenho, a inteligência e a persistência dos nossos pesquisadores.

O Brasil tem somente 0,25 pesquisadores para cada 1000 habitantes, enquanto essa razão é de 3,5 nos Estados Unidos e de 2,0 na Coreia. Em resumo, nosso país, para ocupar um lugar mais destacado no plano internacional, neste século XXI, bem ao contrário de reduzir, precisa ampliar – e muito – seus investimentos em pesquisa, na formação de pesquisadores e de profissionais qualificados.

Não investindo, não faremos economia, simplesmente passaremos a gastar mais – e cada vez mais – com a compra de ciência e tecnologia e até mesmo de serviços educacionais. E assim, estaremos fortalecendo, não o nosso, mas outros sistemas nacionais de educação superior. Aliás, a proposta da Organização Mundial do Comércio - OMC, visando a abertura das fronteiras aos serviços educacionais e sua regulamentação como “serviço comercial”, é a melhor expressão da extraordinária importância econômica alcançada pela pesquisa e pela formação superior na sociedade do conhecimento.

Enfim, a educação superior não é “gasto”, é investimento. E, uma vez mais aqui lembramos: fazer a sociedade assim pensar é tarefa dos governantes legitimamente eleitos e comprometidos com a educação. E fazer da educação uma prioridade política é pensar no futuro, é ultrapassar uma visão de governo, é construir uma nação soberana.

O Brasil tem hoje meio milhão de vagas ociosas na sua rede privada de educação superior. Enquanto isso, aumenta a procura pelo ensino público que, a cada ano, vê crescer o número de inscritos nos seus vestibulares.

Diz-se então que, porque têm acesso às melhores escolas no ensino fundamental e básico, os “ricos” monopolizam o acesso ao sistema público de educação superior. O

poder público estaria assim transferindo para os “ricos” dinheiro que deveria servir às parcelas mais pobres da população.

Sabemos que os estudantes das universidades públicas não são mais “ricos” do que os das instituições privadas. Sabemos que as parcelas mais pobres da população brasileira não têm acesso à universidade como não têm acesso a tantos outros bens e serviços. Daí a se concluir que somente os ricos freqüentam as universidades públicas vai uma grande distância.

Na verdade, por ser gratuita, a universidade pública apresenta-se como a única possibilidade de acesso à educação superior para milhares de brasileiros.

Lembrando Raymundo Faoro, no seu clássico “Os Donos do Poder”, proponho a seguinte questão: não sei o que incomoda mais à elite conservadora brasileira, se é o fato de o governo supostamente “gastar” com “ricos”, ou se, na realidade, é o fato da sociedade, através das Universidades Públicas, oferecer a oportunidade republicana de integração a brasileiros pertencentes às camadas sociais menos privilegiadas da nossa população e ao mesmo tempo consolidar a democracia.

A visão de que a educação superior é uma espécie de privilégio – ou um “favor pessoal” que somente pode ser desfrutado por alguns –, parece servir à elite conservadora, mas é péssima para o Brasil.

A formação universitária não é apenas instrumento de mobilidade social no plano individual. A visão estreita de que o único beneficiário do ensino superior é o aluno diplomado de forma alguma é coerente com o discurso, quase unânime, que reconhece o papel estratégico da educação e do conhecimento para o desenvolvimento das nações.

Em uma frase, a educação superior é promotora de desenvolvimento sustentável, de mobilidade e de inclusão social duradoura, inclusive porque é responsável pela formação dos professores que educam nossas crianças.

O Sistema Federal de Educação Superior é uma construção republicana, que atravessa governos e gerações.

Esse sistema produz pesquisa científica, forma profissionais e cidadãos.

Esse sistema é referência de qualidade para o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Esse sistema contribui para o incremento da riqueza material da nação, produz riqueza moral, identidade e valores.

Esse sistema contribui para a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Esse sistema faz muito, porém, certamente poderia fazer mais e melhor.

Para tanto, precisa se modernizar, crescer, tornar-se ainda mais pertinente, aproximar-se ainda mais das demandas sociais, interagir ainda mais fortemente com a sociedade, avançar ainda mais na exploração do conhecimento.

Seguir em outra direção significa desvalorizar um dos mais importantes e estratégicos patrimônios construídos pela República.

Nossa crença nesse sistema encontra base na história e no presente.

A importância do sistema federal de educação superior está na sua condição mesmo de “sistema” – de conjunto diverso de experiências que resulta em força articulada, presente em todo o território nacional.

Foi essa crença que procuramos transmitir ao presidente da República no encontro que com ele mantivemos no dia 5 de agosto último.

**A Proposta de Universidade Pública com a Expansão e Modernização do Sistema Federal de Ensino Superior** apresentada pela ANDIFES ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como ponto de partida uma concepção de universidade – laica, republicana, gratuita, que associa ensino e pesquisa, comprometida com a formação qualificada de cada um de seus estudantes e, como já disse, com o propósito de fazer desse país uma nação mais justa e menos desigual.

Queremos e podemos ampliar a oferta de vagas. Queremos e podemos nos relacionar de maneira ainda mais estreita com a sociedade. Temos certeza que isto custará para o país muito menos do que alguns estão pensando – e temos certeza também que tal investimento terá retorno muito mais rápido do que muitos esperam.

Para tanto, evidentemente, a universidade pública precisa ser valorizada pela sociedade e pelos governos – isto é, precisa ser objeto de uma política diferente daquela implementada até o presente momento.

A Universidade Pública brasileira precisa de um projeto, de metas, de ações que considerem o seu papel e a sua expansão como elementos estratégicos de uma proposta de nação.

O “ciclo de resistência” deve ficar para trás. Precisamos inaugurar um novo ciclo – um “ciclo afirmativo”. Sem desconhecer nossos problemas e carências, este novo ciclo deve apontar para o futuro.

Esta é a nossa visão e a nossa proposta de Universidade do Século XXI: uma universidade sintonizada com a sociedade, uma universidade parte integrante de um projeto de nação, que democratizando o seu acesso promova a inclusão social duradoura, que por sua qualidade possibilite um diálogo autônomo entre iguais.

Esta universidade começa com as questões do dia-a-dia resolvidas: custeio pago, investimento básico garantido e seus professores e técnicos dignamente remunerados. Só assim, podemos efetivamente adentrar com firmeza no século XXI.

Que este Seminário nos ajude a encontrar os caminhos que levem à valorização da instituição universitária – da Universidade Pública!

Muito obrigada,

Wrana Maria Panizzi  
Presidente da Andifes  
Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasília, 25 de novembro de 2003.